



33

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS:** 0002953-98.2014.8.17.0000 (0331106-6)

**COMARCA DE ORIGEM:** 3ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI DA COMARCA DE RECIFE/PE

**IMPETRANTE:** DRA. SANDRA CASSIANO PEREZ RIVERA

**PACIENTE:** MAVIAELSON DOS SANTOS FILIZOLA

**PROC. DE JUSTIÇA:** DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**EMENTA:** PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. PLURALIDADE DE RÉUS. INSTRUÇÃO EM ANDAMENTO. DEMORA JUSTIFICADA. RAZOABILIDADE. ORDEM DENEGADA.

1. Alegação de excesso de prazo na instrução criminal. Descabimento. O princípio da razoabilidade há de ser considerado quando a dilação probatória se mostra necessária à elucidação dos fatos.
2. Pluralidade de réus que ainda não apresentaram suas defesas perante o Juízo de 1º grau.
3. Incidência da Súmula 84 do TJPE.
4. Denegação da ordem por unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0331106-6** da 3ª Vara do Tribunal do Juri da Comarca do Recife/PE, impetrado por Sandra Cassiano Perez Rivera, em favor do paciente **MAVIAELSON DOS SANTOS FILIZOLA**, acordam, por unanimidade de votos, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão realizada no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014, em **denegar a ordem**, na conformidade do relatório, da ementa, do voto do relator e dos demais votos anexos, que fazem parte desta decisão.

Recife, 13 de maio de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
Relator



34

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

---

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS:** 0002953-98.2014.8.17.0000 (0331106-6)

**COMARCA DE ORIGEM:** 3ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI DA COMARCA DE RECIFE/PE

**IMPETRANTE:** DRA. SANDRA CASSIANO PEREZ RIVERA

**PACIENTE:** MAVIAELSON DOS SANTOS FILIZOLA

**PROC. DE JUSTIÇA:** DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**RELATÓRIO**

Trata-se de pedido de ordem de *habeas corpus* subscrito pela advogada Dra. Sandra Cassiano Perez Rivera, em favor do paciente **MAVIAELSON DOS SANTOS FILIZOLA**, no qual é apontado como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca do Recife/PE, objetivando, em sede de liminar e no mérito, a concessão da ordem a fim de que seja relaxada a prisão do paciente ou ser a ele concedido o benefício da liberdade provisória, ante a ausência dos requisitos dos art. 311 e 312 do CPP.

Afirma a impetrante que o paciente encontra-se preso desde 02.01.2013 pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, §2º c/c art. 14, II, do Código Penal Brasileiro, estando até a presente data, sem que tenha ocorrido a audiência de instrução.

Aduz, para tanto, a configuração de excesso de prazo para o término da ação penal, uma vez que o prazo de 81 (oitenta e um) dias fixado pela doutrina já teria transcorrido.

Enfatiza, ainda, o fato de o acusado ser primário, ter residência fixa e trabalho definido, além de possuir bom comportamento carcerário, de modo que faria jus ao direito de responder ao processo em liberdade.

Instruíram o feito os documentos de fls. 04/08.

Formulou pedido de liminar, cuja apreciação foi postergada para após as informações solicitadas ao Juízo de primeiro grau, conforme fls. 15.

Ofício contendo informações trazidas pela autoridade coatora acostado às fls. 19, juntamente com documentos de fls. 20/23, relatando que a



35

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

---

denúncia foi recebida em 02.06.2013, tendo sido decretada a prisão preventiva do ora paciente com fundamento na ordem pública e por conveniência da instrução criminal. **Informa, ainda, que houve o cumprimento da prisão do ora requerente em 04.10.2013.**

Parecer da Douta Procuradoria de Justiça às fls. 27/29, opinando pela **denegação** da ordem.

É o relatório.

Recife, 13 de maio de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
**Relator**



36

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

---

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS:** 0002953-98.2014.8.17.0000 (0331106-6)

**COMARCA DE ORIGEM:** 3ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI DA COMARCA DE RECIFE/PE

**IMPETRANTE:** DRA. SANDRA CASSIANO PEREZ RIVERA

**PACIENTE:** MAVIAELSON DOS SANTOS FILIZOLA

**PROC. DE JUSTIÇA:** DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**VOTO DO RELATOR**

Pelo que consta das informações trazidas pelo Juízo *a quo*, **MAVIAELSON DOS SANTOS FILIZOLA** foi denunciado juntamente com outros dois indivíduos de nomes Wendson Oliveira de Almeida e Fagner Vicente de Souza Diniz, pela suposta prática do crime de tentativa de homicídio qualificado, tendo a denúncia sido recebida em 02 de junho de 2013, com posterior decretação de prisão preventiva em 06 de agosto de 2013.

**Diferentemente do arguido pelo impetrante, o Juiz de primeiro grau informa que o paciente foi preso em 04.10.2013 e citado para apresentar defesa em 31.10.2013, estando o processo, até o presente momento, no aguardo da apresentação de resposta por parte dos acusados, inclusive do paciente.**

*In casu*, observo que o processo encontra-se em regular andamento, sem a constatação de qualquer desídia por parte do juízo processante que, até o momento, demonstrou total observância aos preceitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Assim sendo, no que se refere à alegação de excesso de prazo, entendo que não restou configurada, pois **o decurso da instrução está em consonância com o princípio da razoabilidade, em virtude da pluralidade de denunciados, bem como pela própria desídia da defesa, que até o presente momento não apresentou resposta à acusação. Tais fatos, por si só, causam retardamento na marcha processual.**

E, ressalte-se, no que tange à regra de cumprimento dos prazos estabelecidos para conclusão da instrução criminal, quando se tratar de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

---

réu preso, não há uma imposição absoluta, uma vez que se trata de construção doutrinária e jurisprudencial.

A esse respeito dispõe a Súmula 84 deste Tribunal, *in verbis*:

Súmula 84, TJPE: Os prazos processuais na instrução criminal não serão peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto.

Do mesmo modo, tal entendimento vem sendo mitigado pelos Tribunais Superiores, diante da complexidade da matéria no caso em concreto, ou desde que a demora seja justificável e não seja imputada ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público, tudo com esteio no princípio da razoabilidade.

Nesse sentido, veja-se o seguinte julgado:

"Por aplicação do Princípio da Razoabilidade, justifica-se eventual dilação de prazo para a conclusão da instrução processual, quando a demora não é provocada pelo Juízo ou pelo Ministério Público, mas sim devido à observância de trâmites processuais sabidamente complexos.

V. O prazo de 81 dias para a conclusão da instrução criminal não é absoluto.

VI. O constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for justificada." (STJ, HC 40129/RS, 5ª Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ de 04.04.2005, p. 333).

**No que diz respeito à alegação de inexistência de motivos para a manutenção da prisão preventiva, entendo não existir fundamentos que corroborem com a tese do impetrante.**

**Consta da denúncia que o crime foi realizado em função de dívida por tráfico de drogas, no valor de R\$1.000,00 (mil reais), e que os denunciados chegaram atirando contra a vítima assim que a encontraram, tendo os acusados, inclusive, telefonado para a namorada da vítima pedindo para que a mesma se afastasse do local em que se encontrava conversando com a vítima.**



38

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

---

Pela análise dos autos e da decisão do Juízo de origem, há indícios suficientes de autoria e da materialidade delitiva, o que supera os argumentos de primariedade e bons antecedentes.

Ademais, é matéria pacífica neste Tribunal de Justiça, conforme a Súmula 86, que "as condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito a liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva".

Consta do decreto prisional, às fls. 23/23-v, que se infere dos depoimentos coligados durante as investigações que os acusados teriam atentado contra a vítima em decorrência da existência de dívida relativa ao tráfico de drogas ilícitas, havendo fortes indícios de os acusados serem traficantes.

**Ademais, o Juízo de primeiro grau destaca que os acusados são indivíduos propensos à criminalidade, visto que respondem a outros processos criminais, conforme consulta realizada no sistema JUDWIN e na SDS.**

**Por fim, o Juízo a quo fundamenta o decreto prisional na conveniência da instrução criminal, pois as testemunhas arroladas noticiaram na denúncia a periculosidade dos acusados em face ao envolvimento dos mesmos no tráfico de drogas, fato este que causa risco concreto à colheita de provas.**

Diante do exposto, levando-se em conta a natureza do crime, bem como a evidente periculosidade do acusado, em razão do *modus operandi* apresentado, torna-se inconveniente para a instrução criminal, no presente momento, a liberdade do paciente.

Assim sendo, filiando-me ao entendimento da Douta Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 13 de maio de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
**Relator**